

PAULO FREIRE

A IMPORTÂNCIA DO

ATO DE LER

em três artigos que se completam

52^a edição
2^a reimpressão



© Direitos para esta publicação exclusiva

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Direção

José Xavier Cortez

Editor

Amir Piedade

Preparação

Alessandra Biral

Revisão

Alexandre Ricardo da Cunha

Gabriel Maretti

Rodrigo da Silva Lima

Edição de Arte

Mauricio Rindeika Seolin

Capa

Vivian Lobenwein

Ilustração de Paulo Freire na capa

Natan

Obra em conformidade ao

Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freire, Paulo, 1921-1997

A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam / Paulo Freire. – 52. ed. – São Paulo: Cortez, 2021.

ISBN 978-65-5555-130-3

1. Alfabetização de adultos – São Tomé e Príncipe

2. Leitura – Estudo e ensino (Educação de adultos) – São Tomé e Príncipe I. Título.

21-77431

CDD-374.0120966994

Índices para catálogo sistemático:

1. São Tomé e Príncipe: Alfabetização de adultos:

Educação 374.0120966994

“A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço – o sítio das avencas de minha mãe –, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minhas atividades perceptíveis e por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto... se encarnavam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão eu ia aprendendo no meu trato com eles, nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais. (...) A decifração da palavra fluía naturalmente da “leitura” do mundo particular (...)”

“Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu primeiro quadro negro; gravetos, o meu giz.”

Paulo Freire

SUMÁRIO

- Prefácio à edição do centenário de nascimento
de Paulo Freire: A importância do ato de ler
na perspectiva da dodiscência por Moacir Gadotti, **11**
- Prefácio à 1^a edição por Antônio Joaquim Severino, **21**
- Apresentação, **27**
- A importância do ato de ler, **33**
- Alfabetização de adultos
e bibliotecas populares — uma introdução, **55**
- O povo diz a sua palavra ou a
alfabetização em São Tomé e Príncipe, **81**
- Posfácio: Freirear por Terezinha Azerêdo Rios, **157**
- Biografia de Paulo Freire, **167**

Prefácio à edição do
centenário de nascimento
de Paulo Freire:
A importância do ato de ler
na perspectiva da dodiscência

por Moacir Gadotti

A importância do ato de ler na perspectiva da dodiscência

13
ACortez Editora tem uma relação particular com Paulo Freire. Por isso, gostaria de começar este prefácio homenageando José Xavier Cortez com palavras de Paulo Freire. Cortez tem acompanhado o desenvolvimento do Instituto Paulo Freire desde sua criação. Nossa primeiro grande projeto conjunto foi a publicação, em 1996, do livro *Paulo Freire: uma biobiografia*, com 765 páginas, depois de cinco anos de estudos e pesquisas, resultando numa obra básica de referência do legado freiriano.

Esse livro foi lançado no dia 25 de abril de 1996, no Teatro Tuca, da PUC-SP. Visivelmente emocionado, Paulo Freire falou da “gostosura” daquela experiência, da “ternura desta festa”, agradeceu ao editor José Xavier Cortez e aos autores do livro e discorreu sobre

Recife, sobre a trajetória da *Pedagogia do oprimido*, reinventando-se com o tempo, sobre o neoliberalismo que “cismou acabar com o sonho e a utopia”, dizendo ao final: “Minhas amigas e meus amigos, eu não queria terminar esta fala sem agradecer a tantas pessoas que me ajudaram e tornaram possível que eu fizesse certas coisas. Mas eu quero salientar aqui um agradecimento pessoal que faço ao Gadotti, que, com uma equipe pequena, conseguiu realizar um trabalho que não apenas está muito bom em forma, mas é um trabalho sério, feito por ele e a equipe. Quero agradecer ao grande número de pessoas que entraram neste trabalho. Quero agradecer à Cortez por ter editado este livro. Eu disse recentemente, no Recife e em Fortaleza, que, se o país tiver sensibilidade, reconhecimento, amor e o sentimento do agradecimento corajoso e leal, Cortez vai virar nome de instituição no País todo. Tenho Cortez como editor e também como amigo”.

Uma merecida homenagem a José Xavier Cortez, que relembro aqui, neste ano em que celebramos o centenário de Paulo Freire. Esta é uma nova edição,

comemorativa, de um livro de Paulo Freire. Temos razões para comemorar Paulo Freire, nosso grande amigo, que deixou marcas profundas em muitas pessoas e profissionais de diferentes áreas, não apenas pelas suas ideias, mas, sobretudo, pelo seu compromisso ético-político. Muitas das mensagens recebidas no Instituto Paulo Freire, em São Paulo, logo depois do dia 2 de maio de 1997, data de seu falecimento, dizem textualmente: “Minha vida não seria a mesma se eu não tivesse lido a obra de Paulo Freire... o que ele escreveu ficará no meu coração e na minha mente”.

15

Nesta importante data, a Cortez Editora celebra Freire lançando uma edição comemorativa de um de seus livros. É assim que honramos um autor: relendo sua obra. Neste prefácio, proponho aos leitores e leitoras uma releitura de *A importância do ato de ler* na perspectiva da dodiscência, um neologismo criado por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da autonomia*. Ao apresentar o livro *A importância do ato de ler*, Paulo Freire destaca que seu esforço fundamental era o de explicitar a compreensão

do ato de ler a partir da sua experiência, uma percepção crítica da leitura e da escrita, em consonância com sua forma de ser. Uma leitura da palavra que implica a leitura da realidade, como se estivesse fazendo a “arqueologia” de sua compreensão do complexo ato de ler.

Quando ele destaca que está em consonância com a sua forma de ser, temos que mencionar que ele foi docente, gestor, pesquisador, professor, educador, um leitor incansável da realidade. Foi um pedagogo que escreveu muitas pedagogias e que nos deixou, em seu último livro, um conceito que revolucionou a compreensão da formação docente: *dodiscência*.¹⁶

A leitura da obra de Paulo Freire sempre nos reserva novas surpresas. Dediquei grande parte da minha vida lendo livros dele e sobre ele. Desde o início, fiquei intrigado com o conceito de *dodiscência*. E, com o tempo, fui aprofundando a compreensão do seu real significado ao estabelecer a relação entre esse conceito e o conjunto de sua obra. A *dodiscência* é a expressão de algo muito maior.

Fui descobrindo, aos poucos, o quanto essa categoria epistemológica perpassa toda a sua obra, desde seus primeiros escritos. Daí a centralidade desse conceito na obra de Paulo Freire.

A dodiscêcia é um conceito-chave para entender a pedagogia freiriana. Ela está ancorada numa antropologia que concebe o ser humano como um ser em construção, portanto, inacabado, e numa teoria do conhecimento decorrente dessa antropologia. O ciclo gnosiológico e pedagógico se completa com um método de conhecimento, uma nova concepção da relação professor-aluno e da formação dos docentes-discentes. A força e a justeza dessa intuição original de Freire foram comprovadas pela aceitação de seus leitores e leitoras que viram em suas ideias uma coerência radical em seu constructo gnosiológico-político-pedagógico.

Paulo Freire introduz o tema da dodiscênia sustentando que a docência e a discênciia, ao lado da pesquisa, são indissociáveis, “indicotomizáveis”, na expressão dele, um não está separado do outro. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que

antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental descobrir o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente.

Portanto, a conclusão a que chego é que precisamos, na formação docente, de uma pedagogia da dodiscência, isto é, de uma teoria da formação docente que dê conta dessa indissociabilidade. O foco não pode estar num dos polos da relação, mas na própria relação. Portanto, é preciso compreender a formação inicial e continuada do docente sob a ótica da não dicotomizabilidade docente-discente. O tema da formação do educador na perspectiva da pedagogia da autonomia aponta para outra pedagogia, a pedagogia da dodiscência. O conceito de dodiscência rompe com a tradição elitista da docência como uma relação de mando e subordinação, propondo uma relação dialógica entre iguais e diferentes, onde professor e aluno são sujeitos de um mesmo processo de ensinar e aprender, no qual o ensinar “jamais se dá separado do aprender”.

Ler e escrever a palavra não se dá, na visão de Paulo Freire, fora da leitura e da escrita do mundo. No ciclo gnosiológico freiriano encontramos a superação do conhecimento como algo apenas individual para se tornar coletivo. Em sua teoria do conhecimento, encontramos um sujeito individual e um sujeito social dialeticamente envolvidos no mesmo processo de construção.

O projeto freiriano é um projeto exigente. Ele coloca em questão os paradigmas hegemônicos de ensino-aprendizagem e, com eles, o conceito de currículo e avaliação. Daí a necessidade de ler *A importância do ato de ler* no conjunto de sua obra, dedicada ao entendimento da educação como um processo de emancipação humana e de construção de outro mundo possível.

19

Moacir Gadotti

Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire

São Paulo, julho de 2021

Prefácio à 1^a edição

por Antônio Joaquim Severino

O presente livro de Paulo Freire constitui-se em uma palestra sobre a importância do ato de ler em uma comunicação sobre as relações da biblioteca popular com a alfabetização de adultos e em um artigo que expõe a experiência de alfabetização de adultos desenvolvida pelo autor e sua equipe em São Tomé e Príncipe.

Não é preciso apresentar Paulo Freire aos leitores deste livro; Paulo Freire, mesmo durante os longos anos de exílio, sempre esteve entre nós, pela mediação de seu testemunho de educador universal, dimensão a que acedeu ao se comprometer politicamente com a tarefa da recuperação da humanidade do oprimido. Pouco importa onde se encontra o oprimido, pouco importa sua nacionalidade: o que está em causa é a dignidade

23

da pessoa humana, que, na opressão ou na libertação, atinge uma dimensão de universalidade.

Ao fazer a apresentação deste trabalho, gostaria de dizer aos leitores que ele volta a reafirmar os traços mais significativos do pensamento de Paulo Freire. No seu estilo acessível e dialogante, Paulo Freire nos envolve numa relação diferente, inserindo-nos em um verdadeiro “círculo de cultura”, onde nos sentimos participando, enquanto sujeitos, de uma experiência real. Ao mesmo tempo, seu pensamento se reapresenta qual testemunho renovado de sua profunda compreensão do significado da educação no contexto da existência social e individual dos homens.

É trabalhando a temática da leitura, discutindo sua importância, explicitando a compreensão crítica da alfabetização e do papel de uma biblioteca popular, relatando e documentando suas experiências de alfabetização e de educação política que Paulo Freire produz sua obra, pensando e repensando sua própria prática, sua vivência pessoal. Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo.

E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. Paulo Freire reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou “astutas”, negando de vez a pretensa neutralidade da educação. Projeto comum e tarefa solidária de educandos e educadores, a educação deve ser vivenciada como uma prática concreta de libertação e de construção da história. E aqui devemos ser todos sujeitos, solidários nesta tarefa conjunta, único caminho para a construção de uma sociedade na qual não existirão mais exploradores e explorados, dominantes doando sua palavra opressora a dominados.

25

*Antônio Joaquim Severino
São Paulo, agosto de 1982.*

Apresentação

Há quase onze anos este livrinho tinha sua primeira edição. De lá para cá, suas reimpressões se sucederam indicando a importância de seu tema e o interesse crescente do público leitor. A insistência com que vem sendo procurado durante todo este tempo provoca em mim duas satisfações que não podem ser separadas. A de brasileiro, por ver como a temática da leitura e não apenas a do *texto* mas também a do *contexto*, é cada vez mais seriamente estudada, debatida, ao lado da questão a ela visceralmente ligada — a da alfabetização. Como brasileiro por vir percebendo que o interesse em torno da temática vem, preponderantemente, buscando abarcá-la e entendê-la do ponto de vista cintífico e estético mas também do ponto de vista ético e político.

Em sociedade que exclui dois terços de sua população e que impõe ainda profundas injustiças à grande parte do terço para o qual funciona, é urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da luta política a que a compreensão científica do problema traz sua colaboração.

Confesso que minhas preocupações com a contribuição de Piaget, de Luria, de Vygotsky, de Emilia Ferreiro, de Madalena F. Weffort, de Esther Grossi, de Magda Soares, de Catherine Walsh, de Marisa Lajolo, de Ezequiel Theodoro da Silva e de tantos e tantas outras se fundam, sobretudo, no que estas contribuições me ajudam a ajudar a luta política necessária à superação dos obstáculos impostos às classes populares para que leiam e escrevam.

É um absurdo que estejamos chegando ao fim do século, fim de milênio, ostentando os índices de analfabetismo, os índices dos que e das que, mal alfabetizados, estão igualmente proibidos de ler e de escrever, o número alarmante de crianças interditadas de ter escolarização e que com isso tudo convivamos quase como se estivéssemos anestesiados.

Como autor, sou dono de outra alegria que, na verdade, como salientei antes, não se separa da anterior de que falei, a de brasileiro.

Nenhum autor *com boa saúde* pode se sentir mal por ter um livro seu tão insistente procurado, tão *fraternalmente* sempre recebido quando uma nova impressão sua chega às livrarias.

A prova da presença viva de seu livro anima, desafia e aquece a vontade de vida do autor, sua paixão por continuar dizendo coisas e “pronunciando o mundo”.

31

Paulo Freire

São Paulo, janeiro de 1993.

A importância do ato de ler

A importância do ato de ler foi trabalho apresentado
na abertura do Congresso Brasileiro de Leitura,
realizado em Campinas, em novembro de 1981.

Rara tem sido a vez, ao longo de tantos anos de prática pedagógica, por isso política, em que me tenho permitido a tarefa de abrir, de inaugurar ou de encerrar encontros ou congressos.

Aceitei fazê-lo agora, da maneira porém menos formal possível. Aceitei vir aqui para falar um pouco da importância do ato de ler.

Me parece indispensável, ao procurar falar de tal importância, dizer algo do momento mesmo em que me preparava para aqui estar hoje; dizer algo do processo em que me inseri enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência

do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado — e até gostosamente — a “reler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo.

Ao ir escrevendo este texto, ia “tomando distância” dos diferentes momentos em que o ato de ler se veio dando na minha experiência existencial. Primeiro, a “leitura” do mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi a leitura da “palavraramundo”.

A retomada da infância distante, buscando a compreensão do meu ato de “ler” o mundo particular em que me movia — e até onde não sou traído pela memória —, me é absolutamente significativa. Neste esforço a que me vou entregando, re-crio, e re-vivo, no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra. Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós — à sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis à minha altura eu me experimentava em riscos menores que me preparavam para riscos e aventuras maiores.

37

A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço — o sítio das avencas de minha mãe —, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras” as “letras”

daquele contexto — em cuja percepção me experimentava e, quanto mais o fazia, mais aumentava a capacidade de perceber — se encarnavam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão eu ia apreendendo no meu trato com eles nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais.

Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros — o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quem-vem, o do bem-te-vi, o do sabiá; na dança das copas das árvores sopradas por fortes ventanias que anunciam tempes-tades, trovões, relâmpagos; as águas da chuva brincan-do de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam também no assobio do vento, nas nuvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores — das rosas, dos jasmins —, no corpo das árvores, na casca dos frutos. Na tonalidade diferente de cores de um mesmo fruto em momentos distintos: o verde da

manga-espada verde, o verde da manga-espada inchada; o amarelo-esverdeado da mesma manga amadurecendo, as pintas negras da manga mais além de madura. A relação entre estas cores, o desenvolvimento do fruto, a sua resistência à nossa manipulação e o seu gosto. Foi nesse tempo, possivelmente, que eu, fazendo e vendendo fazer, aprendi a significação da ação de amolegar.

Daquele contexto faziam parte igualmente os animais: os gatos da família, a sua maneira manhosa de enroscar-se nas pernas da gente, o seu miado, de súplica ou de raiva; Joli, o velho cachorro negro de meu pai, o seu mau humor toda vez que um dos gatos inadvertidamente se aproximava demasiado do lugar em que se achava comendo e que era seu — “estado de espírito”, o de Joli, em tais momentos, completamente diferente do de quando quase desportivamente perseguia, acuava e matava um dos muitos timbus responsáveis pelo sumiço de gordas galinhas de minha avó.

Daquele contexto — o do meu mundo imediato — fazia parte, por outro lado, o universo da linguagem dos mais velhos, expressando as suas crenças, os seus

gostos, os seus receios, os seus valores. Tudo isso ligado a contextos mais amplos que o do meu mundo imediato e de cuja existência eu não podia sequer suspeitar.

No esforço de re-tomar a infância distante, a que já me referi, buscando a compreensão do meu ato de ler o mundo particular em que me movia, permitam-me repetir, re-crio, re-vivo, no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra. E algo que me parece importante, no contexto geral de que venho falando, emerge agora insinuando a sua presença no corpo destas reflexões. Me refiro a meu medo das almas penadas cuja presença entre nós era permanente objeto das conversas dos mais velhos, no tempo de minha infância. As almas penadas precisavam da escuridão ou da semiescuridão para aparecer, das formas mais diversas — gemendo a dor de suas culpas, gargalhando zombeteiramente, pedindo orações ou indicando esconderijos de botijas. Ora, até possivelmente os meus sete anos, o bairro do Recife onde nasci era iluminado por lampiões que se perfilavam

vam, com certa dignidade, pelas ruas. Lampiões elegantes que, ao cair da noite, se “davam” à vara mágica de seus acendedores. Eu costumava acompanhar, do portão de minha casa, de longe, a figura magra do “acendedor de lampiões” de minha rua, que vinha vindo, andar ritmado, vara iluminadora ao ombro, de lampião a lampião, dando luz à rua. Uma luz precária, mais precária do que a que tínhamos dentro de casa. Uma luz muito mais tomada pelas sombras do que iluminadora delas.

Não havia melhor clima para peraltices das almas do que aquele. Me lembro das noites em que, envolvido no meu próprio medo, esperava que o tempo passasse, que a noite se fosse, que a madrugada semiclarreada viesse chegando, trazendo com ela o canto dos passarinhos “manhecedores”.

Os meus temores noturnos terminaram por me aguçar, nas manhãs abertas, a percepção de um sem-número de ruídos que se perdiam na claridade e na algazarra dos dias e que eram misteriosamente sublinhados no silêncio fundo das noites.

Na medida, porém, em que me fui tornando íntimo do meu mundo, em que melhor o percebia e o entendia na “leitura” que dele ia fazendo, os meus temores iam diminuindo.

Mas, é importante dizer, a “leitura” do meu mundo, que me foi sempre fundamental, não fez de mim um menino antecipado em homem, um racionalista de calças curtas. A curiosidade do menino não iria distorcer-se pelo simples fato de ser exercida, no que fui mais ajudado do que desajudado por meus pais. E foi com eles, precisamente, em certo momento dessa rica experiência de compreensão do meu mundo imediato, sem que tal compreensão tivesse significado malquerenças ao que ele tinha de encantadoramente misterioso, que eu comecei a ser introduzido na leitura da palavra. A decifração da palavra fluía naturalmente da “leitura” do mundo particular. Não era algo que se estivesse dando superpostamente a ele. Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz.

Por isso é que, ao chegar à escolinha particular de Eunice Vasconcelos, cujo desaparecimento recente me feriu e me doeu e a quem presto agora uma homenagem sentida, já estava alfabetizado. Eunice continuou e aprofundou o trabalho de meus pais. Com ela, a leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais significou uma ruptura com a “leitura” do mundo. Com ela, a leitura da palavra foi a leitura da “palavraramundo”.

Há pouco tempo, com profunda emoção, visitei a casa onde nasci. Pisei o mesmo chão em que me pus de pé, andei, corri, falei e aprendi a ler. O mesmo mundo — primeiro mundo que se deu à minha compreensão pela “leitura” que dele fui fazendo. Lá, re-encontrei algumas das árvores da minha infância. Reconheci-as sem dificuldade. Quase abracei os grossos troncos — os jovens troncos de minha infância. Então, uma saudade que eu costumo chamar de mansa ou de bem-compor-tada, saindo do chão, das árvores, da casa, me envolveu cuidadosamente. Deixei a casa contente, com a alegria de quem re-encontra gente querida.

Continuando neste esforço de “re-ler” momentos fundamentais de experiências de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo através de sua prática, retomo o tempo em que, como aluno do chamado curso ginásial, me experimentei na percepção crítica dos textos que lia em classe, com a colaboração até hoje recordada, do meu então professor de língua portuguesa.

44

Não eram, porém, aqueles momentos puros exercícios de que resultasse um simples dar-nos conta da existência de uma página escrita diante de nós que devesse ser cadenciada, mecânica e enfadonhamente “soletrada”, em vez de realmente *lida*. Não eram aqueles momentos “lições de leitura”, no sentido tradicional desta expressão. Eram momentos em que os textos se ofereciam à nossa inquieta procura, incluindo a do então jovem professor José Pessoa.

Algum tempo depois, como professor também de Português, nos meus vinte anos, vivi intensamente a

importância do ato de ler e de escrever, no fundo indicotomizáveis, com alunos das primeiras séries do então chamado curso ginasial. A regência verbal, a sintaxe de concordância, o problema da crase, o sinclitismo pronominal, nada disso era reduzido por mim a tabletes de conhecimentos que devessem ser engolidos pelos estudantes. Tudo isso, pelo contrário, era proposto à curiosidade dos alunos de maneira dinâmica e viva, no corpo mesmo de textos, ora de autores que estudávamos, ora deles próprios, como objetos a serem desvelados e não como algo parado, cujo perfil eu descrevesse. Os alunos não tinham que memorizar mecanicamente a descrição do objeto, mas apreender a sua significação profunda. Só apreendendo-a seriam capazes de saber, por isso, de memorizá-la, de fixá-la. A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto, é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala.

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais “devoradas” do que realmente lidas ou estudadas. Verdadeiras “lições de leitura” no sentido mais tradicional desta expressão, a que se achavam submetidos em nome de sua formação científica e de que deviam prestar contas através do famoso controle de leitura. Em algumas vezes cheguei mesmo a ler, em relações bibliográficas, indicações em torno de que páginas deste ou daquele capítulo de tal ou qual livro deveriam ser lidas: “Da página 15 à 37”.

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada.

A mesma, ainda que encarnada deste outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas. No entanto, um dos documentos filosóficos mais importantes de que dispomos, *As teses sobre Feuerbach*, de Marx, tem apenas duas páginas e meia...

Parece importante, contudo, para evitar uma compreensão errônea do que estou afirmado, sublinhar que a minha crítica à magicização da palavra não significa, de maneira alguma, uma posição pouco responsável de minha parte com relação à necessidade que temos, educadores e educandos, de ler, sempre e seriamente, os clássicos neste ou naquele campo do saber, de nos adentrarmos nos textos, de criar uma disciplina intelectual, sem a qual inviabilizamos a nossa prática enquanto professores e estudantes.

Dentro ainda do momento bastante rico de minha experiência como professor de Língua Portuguesa, me lembro, tão vivamente quanto se ela fosse de agora e não de um ontem bem remoto, das vezes em que

demorava na análise de textos de Gilberto Freyre, de Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de Jorge Amado. Textos que eu levava de casa e que ia lendo com os estudantes, sublinhando aspectos de sua sintaxe estreitamente ligados ao bom gosto de sua linguagem. Àquelas análises juntava comentários em torno de necessárias diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil.

Venho tentando deixar claro, neste trabalho em torno da importância do ato de ler — e não é demais repetir agora —, que meu esforço fundamental vem sendo o de explicitar como, em mim, aquela importância vem sendo destacada. É como se eu estivesse fazendo a “arqueologia” de minha compreensão do complexo ato de ler, ao longo de minha experiência existencial. Daí que tenha falado de momentos de minha infância, de minha adolescência, dos começos de minha mocidade e termine agora re-vendo, em traços gerais, alguns dos aspectos centrais da proposta que fiz no campo da alfabetização de adultos há alguns anos.

Inicialmente me parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bo, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto, como faço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto

sentido e percebido. Como eu, o analfabeto é capaz de sentir a caneta, de perceber a caneta e de dizer caneta. Eu, porém, sou capaz de não apenas sentir a caneta, de perceber a caneta, de dizer caneta, mas também de escrever caneta e, consequentemente, de ler caneta. A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora.

Creio desnecessário me alongar mais, aqui e agora, sobre o que tenho desenvolvido, em diferentes momentos, a propósito da complexidade deste processo. A um ponto, porém, referido várias vezes neste texto, gostaria de voltar, pela significação que tem para a compreensão crítica do ato de ler e, consequentemente, para a proposta de alfabetização a que me consagrei. Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita

flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Este movimento dinâmico é um dos aspectos centrais, para mim, do processo de alfabetização. Daí que sempre tenha insistido em que as palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. A pesquisa do que chamava de universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade.

A palavra tijolo, por exemplo, se inseriria numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de sua memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizandos com um conjunto de situações codificadas de cuja decodificação ou “leitura” resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano, transformador do mundo. No fundo, esse conjunto de representações de situações concretas possibilitava aos grupos populares uma “leitura” da “leitura” anterior do mundo, antes da leitura da palavra.

Esta “leitura” mais crítica da “leitura” anterior menos crítica do mundo possibilitava aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente da sua indigência.

É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada sobretudo a certas práticas claramente políticas

de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica.

Concluindo estas reflexões em torno da importância do ato de ler, que implica sempre percepção crítica, interpretação e “re-escrita” do lido, gostaria de dizer que, depois de hesitar um pouco, resolvi adotar o procedimento que usei no tratamento do tema, em consonância com a minha forma de ser e com o que posso fazer.

Finalmente, quero felicitar os idealizadores e os organizadores deste Congresso. Nunca, possivelmente, temos necessitado tanto de encontros como este, como agora.

53

Paulo Freire

12 de novembro de 1981.